

## Ensino remoto e extenuação docente

RENATO NUNES BITTENCOURT\*

**Resumo:** O artigo aborda, no contexto da pandemia da COVID-19, o grande esforço educacional em se lecionar nas novas condições exigidas pela adaptação do ensino presencial ao formato virtual, com suas dificuldades e enfrentamentos técnicos, em especial pelo fato de que as contradições estruturais da hegemonia neoliberal se perpetuam, obviamente, nessa realidade virtual nem tão inclusiva conforme se apregoa.

**Palavras-Chave:** Pandemia; Ensino Remoto; Virtualização; Crise; Neoliberalismo.

### Remote teaching and teacher strain

**Abstract:** The article addresses, in the context of the COVID-19 pandemic, the great educational effort in teaching in the new conditions required by the adaptation of classroom teaching to the virtual format, with its difficulties and technical confrontations, especially due to the fact that the structural contradictions of neoliberal hegemony is perpetuated, obviously, in this virtual reality, not so inclusive as it is proclaimed.

**Keywords:** Pandemic; Remote Teaching; Virtualization; Crisis; Neoliberalism.



\* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

O capital gera suas próprias necessidades, que erroneamente percebemos como se fossem nossas (HAN, 2018b, p. 16).



### **Introdução**

A grande crise pandêmica da COVID-19 abalou todas as estruturas de nossa frágil constituição social, ampliando ainda mais suas contradições. Novas formas de exploração laboral se intensificaram, assim como o aumento das desigualdades sociais que já eram bastante prementes na dita “vida normal” de outrora. Para aumentar o grande mal-estar humanitário, fomos forçados a conviver ainda com negacionistas científicos, ideólogos da ignorância e fanfarrões políticos que não hesitaram em oportunamente apresentar tresloucados arroubos autoritários. Enquanto isso, consciências seráficas afirmavam

candidamente a solidez das nossas instituições democráticas.

Nesse grande quadro de degradação civilizacional a questão da educação e do sistema de ensino também foi, obviamente, bastante afetada, em especial todo o universo de professores, estudantes e comunidade acadêmica que desenvolvem suas respectivas atividades no formato presencial e que se encontraram na forçada necessidade de adaptação a um modelo operacional diferente, o chamado ensino remoto. Cursos presenciais de alta performance e aderência mercadológica apresentaram talvez as maiores dificuldades técnicas para proporcionarem um serviço pedagógicamente satisfatório, não sem a

presença de situações estressantes e desagradáveis para todos os atores envolvidos nessa relação conflitante. Se aprendemos e amadurecemos um pouco mais como pessoas ao longo dessa nova configuração pedagógica, realçamos também, por outro lado, antigos problemas e disposições ideológicas que estavam razoavelmente escamoteadas em nossa frágil democracia educacional e que agora voltam a exibir sua face tenebrosa.

### **Pandemia e ensino remoto**

A suspensão temporária das atividades educacionais em decorrência da propagação pandêmica do coronavírus foi uma atitude acertada em todos os quesitos. Porém, críticas estúpidas não tardaram a surgir em todos os segmentos educacionais: no caso das crianças e dos adolescentes, as jeremiadas surgiram em especial de progenitores incomodados com maior tempo de convivência com os filhos em casa, assim como pela necessidade de se conciliar as atividades profissionais com os deveres paternos, usualmente substituídos pela ação pedagógica dos professores nas instituições de ensino. No caso dos jovens adultos do ensino superior, as reclamações contra a suspensão das atividades didáticas partiram, *horribile dictu*, deles mesmos, mais especificamente os nichos *estudiantis* alheios aos males pandêmicos e que apenas pretendiam obter o quanto antes a formação universitária para posterior obtenção do diploma, *passaporte* para voos profissionais mais longos. As instituições privadas de ensino superior rapidamente buscaram alternativas didáticas, de modo a manter sua clientela mobilizada e satisfeita. As universidades públicas, regidas por princípios alheios aos elementos

demagógicos e mercadológicos, empreenderam esforços racionais bastante distintos em acertadas decisões institucionais. Toda a comunidade acadêmica foi consultada em seus colegiados. Mas, grosso modo, enfatizou-se bastante o lado do corpo discente, suas demandas, anseios, necessidades acadêmicas imediatas, em especial estudantes que se encontravam em vias de conclusão de curso e que assim estariam bem direcionados para o futuro profissional. Contudo, criou-se uma visão equivocada de que os professores estariam em uma situação ótima, plenamente confortáveis em seus afazeres funcionais., já que aparentemente isolados em casa e assim melhor protegidos das ameaças de contaminação. Ocorreram diversas críticas espúrias às universidades públicas pela pretensa demora em se adaptar o ensino presencial para o formato virtual, como se não houvesse disposição do corpo docente institucional para lecionar as disciplinas concernentes, reflexo do palavreado neoliberal que tanto sobrevoa o imaginário social acerca do serviço público. A adaptação para o ensino remoto exigiu uma série de capacitações de toda a comunidade acadêmica sem que fosse possível se consolidar como uma experiência plenamente satisfatória para todos os segmentos da relação educacional. Ingressamos nesse novo formato conscientes das inúmeras limitações operacionais. Assim como muitos alunos apresentaram diversas dificuldades técnicas e pedagógicas para o bom acompanhamento das aulas remotas, assim também muitos professores não conseguiram nesse formato virtualizado render didaticamente da maneira como ansiavam. As limitações do ensino

presencial obviamente também se manifestaram no ensino virtual. É inegável que a adaptação ao ensino remoto retira a intensidade da educação presencial e toda sua mobilização psicofísica exigida tanto de estudantes como de professores. Para Mark Warschauer,

Os recursos humanos são um dos fatores mais importantes que afetam a inclusão e a exclusão social. O letramento e a educação podem ser favorecidos pela utilização da tecnologia, mas não meramente pelo fornecimento de hardware, software e conexões. Um programa de computador ou um website podem fornecer informações, mas não podem prover os tipos de interação social que estão na essência da boa educação (WARSCHAUER, 2006, p. 206).

O debate sobre inclusão digital não pode ser esquecido, pois estudantes com condições financeiras melhores aproveitam muito mais o ensino virtual do que os estudantes mais carentes de recursos. Outro detalhe importante consiste na indissociabilidade entre capacidade de estudar e assimilar conteúdos e as condições psicossociais em tempos pandêmicos, com toda sua carga de desgaste emocional decorrente do inevitável isolamento social e perdas humanas cotidianas. Sabemos que o contato presencial tem em sua essência uma representatividade muito grande para com o contexto educacional e social. São trocas ricas difíceis de serem substituídas, mas a força das circunstâncias nos exigiu essa mudança insólita do nosso modo de trabalho. Sabemos dos desafios que essa mudança brusca exigiu para todos nós, mas, mesmo assim, com todos os contratempos, saímos talvez mais

amadurecidos e realistas com esta experiência.

Para os professores que não apreciam lecionar sentados, o ensino remoto se revela ainda mais exaustivo, pois a impossibilidade de se movimentar no espaço da sala de aula trava as energias mais intensas que o exercício didático presencial proporciona. Não há espaço para um certo tipo de êxtase pedagógico que floresce nos professores apaixonados e comprometidos com seu sublime ofício. Se no ensino remoto há talvez menor estresse metabólico imediato e menor desgaste vocal, ocorre, todavia, um desgaste pessoal muitas vezes silencioso que explode em condições bastante insólitas. No ensino presencial nos esforçamos para captar a atenção dos estudantes e deixá-los mobilizados intelectualmente, e nos aborrecemos quando um aluno indisciplinado apresenta postura indolente em sala de aula. No ensino remoto esse tipo de situação desgastante não ocorre, pois muitas vezes o alunado não está com a câmera ligada e vemos apenas uma imagem morta ou um nome. Contudo, um áudio descuidado coloca em risco o bom andamento da aula. De certa maneira é algo indecente apenas o professor manter sua câmera ligada enquanto grande parte da turma permanece invisível, não há assim qualquer alteridade imagética, ainda que mínima e virtual. O panóptico se metamorfoseia no corpo dos alunos que monitoram cada imagem do professor, cada movimento, não apenas suas palavras e ideias. O professor é visto sem ver quem o vê.

Educar é um ato de amor, e por isso, pressupõe diálogo, respeito, tolerância, reconhecimento. Contudo, não é complacência com a falta de empenho e disciplina. O processo pedagógico

autêntico é uma experiência de comunhão intelectual, e não um ato impositivo verticalizado ao aluno. Mas para que essa dinâmica pedagógica se torne preta de sentido esse aluno precisa lutar por sua autonomia, pois esta não é concedida, é conquistada mediante crescimento pessoal, responsabilidade, maturidade. Colocar o aluno como a meta absoluta do ensino, tal como um “empreendedor de si”, um talento absoluto que não pode ser desperdiçado perante o qual o professor deve se adequar, suprime toda dialética do ofício educacional. Não há progresso educacional sem disciplina e sacrifício.

Percebemos cada vez mais, mesmo em segmentos estudantis alinhados com um viés progressista, a inserção de disposições neoliberais em seus discursos e ações. Nessas condições, tais alunos compreendem o ensino universitário como um serviço de consumo que deve ser customizado para satisfazer suas demandas individuais, pretendendo assim colocar a coisa pública ao dispor das suas necessidades particulares. Conforme o parecer de Christian Laval,

À notação de “necessidade” do aluno responde o conceito corolário de “serviço” a levar a cada aluno para responder à sua necessidade específica. Esse esquema, adequado ao quadro econômico liberal, faz da escolaridade um tipo de self-service onde o aluno apresenta uma “demanda” pessoal à qual o professor responde por uma “oferta” adaptada (LAVAL, 2004, p. 307).

Esse tipo enfadonho de aluno considera que o conhecimento do professor, a orientação educacional e o abnegado trabalho de coordenação de curso são um serviço especial de 24h no qual

pode dispor sempre que necessário, não mais respeitando as fronteiras entre o público e o privado, em uma indecente invasão de privacidade na qual somente sua ânsia de satisfação deve ser levada em consideração pelo professor-coordenador. Temos assim um ultraliberalismo autoritário em que todo trâmite de comunicação institucional é sub-repticiamente descartado em nome de uma falsa informalidade, desprezando-se os canais oficiais e seus devidos limites para mediar as relações entre docentes e alunos. Conforme argumenta Jonathan Crary,

No capitalismo 24/7, toda sociabilidade que não se reduz ao mero interesse individual se esgota inexoravelmente, e a base inter-humana do espaço público se torna irrelevante para nosso isolamento digital fantasmagórico (CRARY, 2014, p. 99).

A insistência estudantil em tentar se comunicar com professores via uso dos aplicativos de mensagens sem autorização prévia dissolve todas as hierarquias acadêmicas e desrespeita o direito humano de não ser incomodado, gerando-se então sempre situações muitas vezes inconvenientes para os profissionais da educação. É razoável que exista entre as partes um certo páthos da distância, disposição, todavia, constantemente desrespeitada por alunos afoitos incapazes de aguardar respostas oficiais pelos canais adequados. Problemas pedagógicos são resolvidos pelos sistemas operacionais e não por aplicativos de comunicação, mas o alunado high-tech não suporta aguardar poucas horas pela resolução das suas pendências, muitas vezes triviais. Byung-Chul Han destaca que “A falta de distância leva a que o privado e o público se misturem. A

comunicação digital fornece essa exposição pornográfica da intimidade e da esfera privada” (HAN, 2018a, p. 13).

O professor que não realiza a ‘hora extra’ virtual e não fica ao dispor para responder prontamente ao aluno-cliente é considerado burocrata, antipático, soberbo, adquire reputação negativa e é cancelado nas redes sociais. Esse discente invasivo não compreende que o professor também vivencia situações adversas, estresses, angústias, incertezas e outras afetações existenciais, assim como problemas físicos concretos. Ninguém está isento de sofrer pelas consequências da mudança de rotina necessárias para combater a propagação do coronavírus, e assim nosso desempenho é afetado, nossa saúde é prejudicada. Professor não é herói dotado de força de vontade extraordinária. Professor não é substituto da autoridade familiar muitas vezes fragmentada em nosso tecido social doente, ainda que eventualmente atue como um bom condutor dos jovens nas searas da educação, dando-lhe exemplos dignos da grandeza humana, geralmente nunca reconhecidas pela ingratidão oportunista de um certo tipo de vampirismo estudantil. Se durante a “vida normal” o professor sempre está sob o risco de ser acometido pela Síndrome de Burnout, na realidade pandêmica a iminência desse colapso aumenta. Prazos curtos, urgências adaptativas, sobrecarga de trabalho. Abundam críticas vis sem pleno conhecimento da realidade psíquica de professores extenuados com os mais diversos problemas entranhados em suas vidas.

Vivemos em uma sociedade na qual a ansiedade crônica é a tônica, pois o imperativo da rapidez exige imediatismo nas ações, sem que haja

espaço para a contingência, a experimentação, o erro. Todo esforço reflexivo é vituperado. Não se concede dignidade ao insucesso, ao fracasso, a performance pessoal se converte em culto totalitário pela vitória profissional sem deslizes. David Le Breton pontua que “A coerção não pesa mais sobre os corpos, mas sobre as mentes, já não há mais vigilância, mas um autocontrole permanente, uma disponibilidade sem descanso” (LE BRETON, 2018, p. 63).

No caso do curso universitário de Administração (não importa em qual instituição ou sua natureza), por exemplo, esse é um fenômeno recorrente, pois as aspirações profissionais do alunado usualmente se orientam para a lógica do mercado, mesmo que algumas parcelas desses estudantes apresentem perspectivas críticas acerca da hegemonia capitalista e seus problemas estruturais, até o momento em que iniciam suas atividades de estágio remunerado, quando a partir de então o vírus do empreendedorismo capitalista manifesta sua ação devastadora da subjetividade pessoal. Não raro os sonhos rebeldes são facilmente dissolvidos pela possibilidade de uma carreira rentável em uma grande empresa, tornando esses jovens pragmáticos e conformistas em relação aos males estruturais do mundo ultraliberal. Muitos apresentam nítida contestação ao autoritarismo sociopolítico, enunciam discursos contrários ao establishment engessado e excludente de nossa sociedade patriarcal, se proclamam antifascistas, mas não deixam de se submeter ao crivo do dispositivo capitalista em sua face mais excludente e opressiva na sua configuração precária e impositora da moral da flexibilidade, na qual garantias e direitos conquistados arduamente pela

luta intrépida dos trabalhadores são constantemente solapados pelas novas determinações do fundamentalismo de mercado em seu infame mote “mais empregos, menos direitos”.

Esse alunado que se deixa cooptar pelo chamariz sedutor do mercado sequer percebe que, ao exigir do serviço público de ensino um tratamento diferenciado em relação aos demais colegas, não apenas reforça a lógica do cretinismo solipsista própria da era do individualismo autocentrado, como também colabora com o fortalecimento da cultura autoritária que tanto dizem combater em suas pautas identitárias desprovidas de verdadeira consciência de classe. O aluno “empreendedor de si” questiona e deslegitima toda forma de autoridade pedagógica e política, exceto a autoridade do seu supervisor na empresa onde estagia, empresa que atua como um verdadeiro campo de reeducação pelo trabalho alienado onde a cartilha do choque de ordem ultraliberal é a verdade absoluta. Vemos assim a proliferação de estudantes que sonham com uma revolução sem base social, uma revolução asséptica e virtualizada típica do espírito pequeno-burguês do qual são egressos, e em caso de um regime de exceção não aguentariam as pressões de um interrogatório mais incisivo. Um estudante que se apresenta como adepto da cartilha conservadora, caso tenha efetivo compromisso com os estudos, é mais viável e decente do que alunos anárquicos que entoam palavras de ordem revolucionárias, mas que na prática educacional desempenham comportamentos indolentes que beiram ao reacionarismo. Sem pretendermos estabelecer qualquer pauta de patrulhamento dos costumes, mas é indigno de um estudante de

universidade pública, na vigência da pandemia da COVID-19, chafurdar-se em bares, festas, eventos e outras formas de aglomerações irresponsáveis, tanto pelo risco de contaminação como também pelo desrespeito aos mortos em evidente falta de solidariedade e empatia diante de tanto sofrimento coletivo.

Para que haja a revolução social que tanto ansiamos é imprescindível que primeiramente ocorra a revolução pessoal, a mudança radical no modo de vida. Querer mudar o mundo sem mudar a si mesmo é um grave erro cognitivo e favorece posteriores desvios morais. Essa juventude estridente talvez não queira nem uma coisa nem outra, apenas uma boa alocação no mercado de trabalho, ainda que faça eventuais elocuições de cunho progressista nas redes sociais. A trajetória universitária exige disciplina, comprometimento, apreço pelo silêncio quando necessário, e não a mera repetição de belos slogans que apresentam intensidade retórica, mas não são de fato vivenciados em suas existências ainda imaturas. Já dizia Kant que “a disciplina transforma a animalidade em humanidade” (KANT, 2018, p. 9). É importante que haja um certo romantismo utópico no estudante universitário que vislumbrar enfrentar todas as formas de autoridades (inclusive as racionalmente legítimas), mas é imprescindível, todavia, que a euforia da contestação possua um substrato crítico nessa subjetividade; caso contrário, a rebeldia estudantil terá apenas um efeito efervescente, apesar de sua inerente estridência discursiva. Por isso é necessário menos lacração e mais dedicação aos estudos. Para o alunado embriagado pelas bravatas liberalóides, o ensino não é uma experiência dialética, mas uma relação

vertical na qual sua demanda deve ser plenamente satisfeita, caso contrário o professor é o culpado por seu fracasso pedagógico. O estudante se exaure em atividades extra-acadêmicas, mas exige da instituição de ensino que seja leniente com sua falta de empenho pedagógico com as atividades universitárias. O aluno-cliente não existe apenas nas empresas privadas de ensino, mas também nas universidades públicas (sem qualquer culpa destas, obviamente, pois os exames de seleção não levam em consideração as ideologias pessoais) e tenta lhe impor as cantilenas liberalóides.

Uma das expressões mais espúrias enunciadas por estudantes servis ao fundamentalismo do mercado na necessária transposição do ensino presencial para o ensino remoto consistiu na ideia de “aceleração do curso”, ou seja, pretendiam aproveitar a virtualização do ensino para que pudessem ampliar o rol de inscrição em disciplinas, sem levar em consideração as dificuldades técnicas do momento, tanto para eles mesmos estudantes como para os professores. O discurso usual consistia na ideia solta de que o ensino virtual pretensamente permite a organização de turmas com maior quantidade de alunos, pois não há o problema espacial das salas de aulas e seus inerentes limites físicos. Turmas remotas, segundo a concepção clientelista do alunado, possibilitariam a alocação de centenas de estudantes, todos mesclados sem se levar em consideração qualquer tipo de análise crítica sobre as possibilidades reais de desenvolvimento de um exercício pedagógico, sem esquecermos as demandas ampliadas para os professores, sobrecarregadíssimos com essa elevada carga de trabalho a cumprir

com um prazo muito menor para o cumprimento das tarefas necessárias. Exceto para os estudantes que efetivamente se encontravam na iminência da conclusão de curso, a situação ideal para a grande massa de alunos ainda incipientes ou intermediários, analisando-se a posteriori, seria a de não realizar quaisquer inscrições em disciplinas regulares durante a vigência da suspensão das aulas presenciais, talvez incentivando-os a realizar outras formas de estudos e capacitações, como palestras, cursos livres, atividades de extensão, ou até mesmo leituras dirigidas de livros ou ainda realização de atividades mais lúdicas, como assistir filmes. Esses alunos que são tão ansiosos por conteúdos disciplinares (que necessariamente não são conhecimentos efetivos) poderiam auxiliar seus colegas através de monitorias voluntárias, grupos de estudos virtuais e outras nobres modalidades de interação discente. Talvez possa soar um tanto incisivo, mas é leviano, perante tamanha letalidade pandêmica, se almejar a dita “aceleração do curso” em prol de uma ansiada inserção profissional em tempo mais rápido do que o usual. Não podemos deixar de pensar nessa cruenta realidade social repleta de casos terríveis de pessoas que morrem sem acesso aos recursos médicos fundamentais para que ao menos se tente sobreviver aos males da COVID-19. Assim como afirmamos categoricamente, em nossa legenda democrática e humanista, que primeiro é a vida e depois a economia, assim também dizemos primeiro a vida, depois a regularidade dos estudos. O tempo perdido em um atraso de conclusão de curso pode ser plenamente

recuperado. Com efeito, estudantes de cursos atrelados ao espírito mercadológico tendem a desvalorizar a paciência do conceito, o caráter reflexivo do conhecimento, a singularidade existencial da temporalidade, para que se tornem peças rentáveis para as empresas nas quais tanto sonham em ingressar.

Há um perfil de aluno adepto dos refugos ideológicos liberais que não reconhecem na formação pedagógica do curso um saber transformador, considerando que apenas na atuação profissional em uma empresa encontrarão as habilidades necessárias para o sucesso pessoal, tripudiando, inclusive, do pretense caráter teórico de sua formação acadêmica (ora, toda teoria nasce da prática mediante a reflexão sobre as vivências concretas, sistematizadas posteriormente em um discurso a ser transmitido para os demais, algo que a tacahez mental não consegue perceber). João Carlos Salles salienta com muita clareza que

Universidades públicas não são empresas. No interior delas, portanto, as ações empreendedoras não se podem reger por princípios estranhos a sua natureza pública ou a seu projeto institucional (SALLES, 2020, p. 153).

O conhecimento universitário e suas disciplinas, assim, são imputados como um verdadeiro entrave para sua ascensão social. O professor que não é flexível pedagogicamente, isto é, uma pessoa leniente com a indolência estudantil, é vituperado como um atrapalhador. Comumente alunos de cursos de grande performance acadêmica reclamam da pretensa defasagem entre o ensino universitário e o know-how corporativo, depreciando a instituição educacional que os acolhe

como obsoleta, atrasada. Dessa maneira, tal como argutamente apresentado por Marilena Chauí,

As grandes empresas se queixam da formação universitária que não habilita os jovens universitários ao desempenho imediatamente satisfatório de suas funções, precisando receber instrução suplementar para exercê-las a contento (CHAUÍ, 2001, p. 73).

Contudo, se uma empresa contrata um aluno-estagiário é pelo fato de que essa pessoa está regularmente matriculada em um curso universitário dotado de credibilidade social e acadêmica. Nessas condições, esse aluno-estagiário usa a marca da instituição de ensino como chancela para sua meta pessoal arrivista, muitas vezes sem oferecer a contraparte acadêmica necessária, isto é, dedicação disciplinada e metódica ao curso universitário e aos estudos. A atuação do aluno decai em prol da ótima performance profissional na empresa. Esse tipo de discente não hesita em culpabilizar a instituição de ensino por sua degradação psicofísica quando exaure suas forças vitais dedicando-se ao projeto Moloch da empresa na qual exerce suas atividades laborais, mesmo que coloque em risco sua saúde. Temos ciência das necessidades financeiras de muitos estudantes universitários que encontram no estágio remunerado uma alternativa razoável para obtenção de renda, situação ainda mais acentuada na grande crise pandêmica em que muitos jovens se tornaram arrimo de família. Porém, é imprescindível que haja disposição pessoal para se enfrentar o arbítrio corporativo e se exigir o cumprimento rigoroso do plano de trabalho na empresa, de modo que não se viole a dignidade da pessoa do estudante e esse possa se dedicar aos demais afazeres cotidianos de modo salutar e equilibrado. O prejuízo

pedagógico do aluno que se corrompe na atividade de estágio em uma empresa não pode ser imputado ao curso universitário e aos seus professores. Um docente não pode ser incitado por alunos liberalóides a ser maleável pedagogicamente para que os interesses da empresa, através da dedicação insalubre do estudante nas abusivas atividades de estágios, sejam preservados. Os apólogos do “empreendedorismo de si” não clamam para que as empresas sejam lenientes com as fraquezas e problemas pessoais de cada funcionário. Quem não se adequa aos rigores neurastênicos da rotina corporativa é eliminado. Franco Berardi salienta que

O discurso neoliberal é carregado de uma retórica do indivíduo, mas a prática do neoliberalismo acaba por destruir a liberdade individual. A competição e o conformismo são duas faces de uma mesma moeda na esfera do mercado. Os indivíduos de hoje já não perseguem projetos de vida autônomos. Em vez disso, eles são fragmentos de tempo precarizado, fractais em recombinação incessante, unidades conectivas que devem interagir com perfeição, se quiserem ser eficientes sob o domínio da rentabilidade econômica (BERARDI, 2020, p. 193).

O estágio home office se torna uma arapuca para os estudantes adeptos do servo-mercado, pois usualmente as empresas empregadoras desrespeitam o tempo estipulado de exercício diário das funções, prejudicando assim o bom desempenho das atividades pedagógicas do aluno. Torna-se praticamente impossível discernir o tempo de trabalho e o tempo livre direcionado para os afazeres da vida pessoal e os estudos. Não podemos também deixar de refletir sobre as normas de biossegurança nos tempos pandêmicos,

pois muitas empresas não cumprem os padrões sanitários necessários para que as atividades profissionais se desenvolvam da maneira mais razoável possível. Além disso, de nada adianta uma dada empresa seguir com esmero as medidas profiláticas se o aluno-estagiário sofre com a mobilidade urbana e o sucateamento do transporte público, insalubre. Nessas condições, o contágio ocorre no deslocamento entre a casa e o local de trabalho. Em suma, inúmeras situações de risco para a saúde dos estudantes-estagiários seriam facilmente evitadas se as empresas adotassem planos mais razoáveis para direcionar as forças laborais dessa massa juvenil sem expô-las a situações aviltantes. Aliás, a mão-de-obra de estagiários, qualificada pelos sólidos estudos universitários, é uma indecente fonte de lucro para as empresas cadastradas institucionalmente: a contratação de um profissional é muito custosa, e um estagiário pode realizar as mesmas funções com investimento muito menor para a corporação.

### **Conclusão**

A ferida de nosso sistema educacional está aberta. Enquanto a grande crise pandêmica não for “superada”, já que não podemos jamais reconquistar o que foi perdido, e as vidas humanas são o critério axiológico absoluto, não podemos esboçar nenhum retorno ao que outrora chamávamos de “normal”. Toda tentativa de se naturalizar a conjuntura catastrófica na qual vivemos através do retorno aos afazeres que constituíam nossa forma de existência anterior aos efeitos devastadores da COVID-19 é um desrespeito ao luto social do qual todos devemos nos submeter. Por isso a necessidade tão premente de se refletir sobre a pertinência de um formato de educação

adaptada ao sistema virtual para atender as demandas estudantis na realidade pandêmica. Saturar-se psicologicamente com uma grande carga de estudos para se desviar a atenção em relação aos mortos pela COVID-19? Certamente não é essa a intenção da grande massa universitária que deseja acelerar a formação acadêmica mediante a virtualização do ensino. O que está em voga é a possibilidade de se aproveitar oportunisticamente de uma situação horrenda para que as metas profissionais e individuais sejam realizadas. Obter um diploma nessas estritas condições axiológicas não deixa de ser uma leniência com a necrofilia daqueles que desdenham dos mortos e dos que sofrem com as perdas humanas nessa era de descrédito científico. A chusma fascista prospera com a dor multitudinária e com o fracasso civilizacional, e para enfrentar essa força degenerada precisamos de mais vida, mais amor, mais razão, mais conhecimento, mais diálogo. Apesar das extremas dificuldades pandêmicas, precisamos nos esforçar pela vida, não apenas por nós ou por nossos entes queridos, mas por um ato de resistência política aos que celebram a morte. Nessas condições, se a educação exerce um papel social de enfrentamento ao espírito fascista, que façamos então da educação uma arma de combate ao fascismo ressurgente. No entanto, que em nome da luta contra a autoritária disruptividade fascista não revogemos a dignidade do processo educacional e suas etapas indispensáveis, lentas aos olhos da ansiada velocidade do mercado, mas que atua como um baluarte para a formação pessoal do sujeito em sua árdua relação com o

mundo. O mundo está imerso em uma grande crise de valores, e somente o conhecimento, a disciplina, a solidariedade e o compromisso com as instituições permitirão que tenhamos forças renovadas para enfrentarmos os desafios do futuro.

#### **Referências**

- BERARDI, Franco. **Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem**. Trad. de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- CRARY, Jonathan. **24/7 – Capitalismo Tardio e os fins do sono**. Trad. de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: COSAC NAIFY, 2014.
- HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Trad. de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Trad. de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018b.
- KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Trad. de João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 2018.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Ed. Planta, 2004.
- LE BRETON, David. **Desaparecer de si: uma tentação contemporânea**. Trad. de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2018.
- SALLES, João Carlos. **Universidade Pública e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e Inclusão Social: a exclusão digital em debate**. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2006.

Recebido em 2021-02-16  
Publicado em 2021-03-06